

**HISTÓRIA E FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: a
construção de nossa frágil democracia
HISTORY AND FORMATION OF BRAZILIAN SOCIETY: the
construction of our fragile democracy**

Ana Cristina Rhoden¹
Gabriela Blanco²

RESUMO: O presente ensaio tem como objetivo discutir a formação histórica da sociedade brasileira, a partir das contribuições de autores como Sérgio Buarque de Holanda (1995 [1936]) e José Murilo de Carvalho (2002). Refletindo acerca de nossa história colonial, a conformação de um estado patrimonialista e a presença – ou ausência - de uma cidadania plena, pontuamos alguns dos elementos que ajudam a entender a realidade brasileira atual, especialmente no que se refere às ameaças e desestabilizações à nossa ainda frágil democracia.

Palavras-chave: História do Brasil, Patrimonialismo, Cidadania, Democracia.

ABSTRACT: This essay aims to discuss the historical formation of Brazilian society, based on the contributions of authors such as Sérgio Buarque de Holanda (1995 [1936]) and José Murilo de Carvalho (2002). Reflecting on our colonial history, the conformation of a patrimonialist state and the presence – or absence – of full citizenship, we point out some of the elements that help to understand the current Brazilian reality, especially with regard to threats and destabilizations to our still fragile democracy.

Keywords: History of Brazil, Patrimonialism, Citizenship, Democracy.

INTRODUÇÃO

Atualmente, vivemos no Brasil um período de fortes conturbações políticas, aliadas à uma profunda crise socioeconômica que se agravou com a pandemia de Covid-19. Após um período de 13 anos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), abruptamente encerrado por um processo de *impeachment* controverso (2016), o país passou pelo governo interino do vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – e importante articulador do processo de *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma Rousseff - seguido por uma eleição conturbada e marcada pela proliferação de *fake News*,

¹ Pedagoga formada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-graduanda em Espaços e Possibilidades para Educação Continuada, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio Grandense (IFSUL). Professora na Rede Municipal de Ensino de Passo Fundo. E-mail para contato: anacris861@hotmail.com

² Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda no programa de pós-graduação em sociologia da UFRGS. Tutora EAD no curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFRGS. E-mail para contato: gabrielita.blanco@gmail.com

que colocou no poder o então capitão reformado e deputado federal Jair Messias Bolsonaro, eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) em 2018. Desde então, os sucessivos escândalos políticos, denúncias de corrupção, incapacidade de contornar a crise econômica, o retorno do país ao mapa da pobreza, os embates entre o governo federal e instituições como o Supremo Tribunal Federal (STF), ou mesmo o Ministério da Saúde, por meio da adoção de estratégias contrárias às orientações científicas internacionais para o combate da pandemia de Covid-19, levam-nos a indagar, cada vez mais, a respeito do quão forte é, afinal, a nossa democracia. E, se o momento atual se mostra em muitos aspectos nebuloso, consideramos que o estudo acerca dos elementos sócio históricos que contribuíram para chegarmos até aqui, para nos transformar no Brasil que somos, pode ser um caminho fecundo para, em última instância, refletirmos sobre o Brasil que queremos ser.

Nesses esforços, o presente ensaio se insere. A partir do estudo de dois autores consagrados da historiografia nacional, procuramos destacar alguns dos elementos que consideramos contribuir significativamente para o entendimento acerca de nossa realidade atual. Por meio da obra de Sérgio Buarque de Holanda, intitulada “Raízes do Brasil”, discutiremos a formação de um estado patrimonialista brasileiro e a presença do “homem cordial”. Já a partir da obra “Cidadania no Brasil: o longo caminho”, de José Murilo de Carvalho (2002), traremos apontamentos acerca da construção da cidadania no Brasil, enfocando seus limites e obstáculos. Por fim, as contribuições dos autores selecionados serão mobilizadas para refletirmos acerca da democracia brasileira, à luz dos eventos recentes de rupturas e instabilidades. Longe de procurar apresentar respostas definitivas à nossa realidade - sempre múltipla e complexa - o que vislumbramos é possibilitar ao leitor caminhos reflexivos que deem conta de aspectos parciais, porém profícuos, de nossa identidade enquanto brasileiros.

A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: refletindo sobre a nossa frágil democracia

Sérgio Buarque de Holanda foi um historiador brasileiro, crítico literário e jornalista. Nascido em 1902, foi contemporâneo de diversos acontecimentos nacionais e internacionais importantes, como a Semana da Arte Moderna (1922), na qual participou ao lado de Mário de Andrade. Vivenciou a Primeira e Segunda Guerra Mundial e viu entrar e sair regimes

civil-militares e democráticos no Brasil. Formado em ciências jurídicas e sociais pela Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), lecionou como professor universitário em instituições brasileiras e italianas. Influenciado teoricamente pela sociologia de Max Weber e, no plano político, pelas teorias socialistas, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Uma de suas principais obras é o livro *Raízes do Brasil*, lançado em 1936 e, até hoje, uma importante ferramenta para compreensão do processo de colonização brasileira e seus efeitos sobre a formação da sociedade brasileira. O livro é um clássico da historiografia e sociologia brasileira, considerado uma das cinco obras mais importantes do século XX. Nele, Holanda narra não somente acontecimentos históricos, mas contextualiza e analisa as circunstâncias e consequências destes acontecimentos. Com uma inspiração weberiana, na construção de tipos ideais, Holanda (1995 [1936]) desenvolve em sua obra o conceito de patrimonialismo e relaciona-o à figura do “homem cordial”, para caracterizar a tendência do brasileiro de conduzir-se pelos espaços público e privado de forma passional e fundamentalmente pessoal, dando ares de familiaridade e posse, mesmo sobre aquilo que não lhe pertence. O patrimonialismo, conforme o autor, refere-se a formas tradicionais de dominação que contrastam com o Estado moderno racional. Há uma sobreposição do privado sobre o público, na vida política do Estado e da sociedade. O patrimonialismo, cabe frisar, é um conceito relacional, que precisa, portanto, ser utilizado para pensar a relação entre Estado e sociedade. A tese de Holanda é a de que o patrimonialismo se apresenta como uma corrosão do caráter público do Estado pela lógica personalista presente nas relações doméstico-privadas. O homem cordial, nesse sentido, não se refere à uma predisposição à gentileza ou amabilidade, mas sim, à uma predisposição a guiar-se pelos afetos, quando da ação na esfera pública, negligenciando ritos de formalidade que compõem, desde uma perspectiva weberiana, o Estado racional moderno. Resgatando os processos da chegada dos portugueses ao Brasil, a colonização forçada, a formação de um império e, posteriormente, a chegada da república, Holanda (1995 [1936]) identifica a formação de um Estado patrimonialista e paternalista, com a presença de sujeitos que o utilizam para fins privados e, igualmente, de figuras públicas que, ao assumirem cargos de governo, tratam o bem público e a população como quem “gere uma família”. Como um exemplo disto, podemos citar a figura de Getúlio Vargas, que era visto como “o pai dos pobres”, numa característica própria do que o brasileiro espera de suas figuras públicas. Alguém que aja para o povo como seu salvador e resgatador, que

lhe doe sua vida e projetos. Aí está, também, a raiz da corrupção no Brasil: quando um político toma posse de um cargo, ele se apossa não somente do cargo, mas de tudo que permeia o cargo, fazendo-se às vezes de dono do município, do estado, do país...

O toma-lá-dá-cá surge desta noção de distorção entre público e privado, e o sentimentalismo que permeia nossas relações. Ao votar em alguém, sentimo-nos no direito de cobrar um favorzinho, um cargo, uma vantagem qualquer que seja. Em contrapartida, justamente pelo sentimentalismo e relação de vantagem, a exploração e uso indevido de bens públicos é, em grande medida, naturalizada, mantendo-se o sentimento de que “as coisas sempre foram assim”. As atitudes deixam de ser tomadas no momento em que deveriam, havendo um processo de alienação no sentido de “não tomar partido”, ou ainda, “não gostar da política”, visto que as soluções parecem ser possíveis apenas no âmbito do privado, das relações pessoais, e não de um projeto coletivo de sociedade. Antonio Candido faz a escrita do prefácio (1967) e do post-scriptum (1986) da obra “Raízes do Brasil”. Antonio Candido de Mello e Souza foi sociólogo, crítico literário e professor universitário. Tal como Sérgio Buarque de Holanda era socialista, um dos precursores do socialismo democrático no Brasil e também fundador do PT. Já no final do seu prefácio, Antonio Candido afirma que “Raízes do Brasil” é uma peça literária que abre campo para uma análise psicológica e histórica de nossas estruturas, onde os problemas da atualidade (que seguem na ordem do dia) estão vinculados aos problemas do passado, arraigados em nossas estruturas e fundamentados em dogmas culturais. Antonio Candido propõe, também, que se abandone uma certa consagração ao autoritarismo que, segundo Holanda (1995 [1936]), o brasileiro traz consigo desde a colonização, para que então possamos desenvolver uma sociedade melhor estruturada. As nossas ilusões de uma “*europicidade*” que não possuímos – com o perdão da libertinagem linguística – é outro ponto a ser trabalhado e que muito nos impede de encontrarmos um novo caminho enquanto nação.

Cabe aqui ressaltar, como muito bem pontuado por Candido, que após o lançamento de “Raízes do Brasil” em 1936, caímos no colo da ditadura em 1937, onde através de um golpe de Estado, com uma fórmula severa, ao mesmo tempo em que se propunha conciliar interesses, adveio um governo no qual a industrialização apareceu como o caminho para o progresso das estruturas econômicas do país. Em 1936 a sociedade brasileira sofria uma grande migração interna, com a saída da população do campo em forte crise agrária, sem contar com a população advinda da escravidão, que fora simplesmente largada à própria

sorte no final do século XIX. Toda esta estrutura era a que estava se ajustando à nossa República tão jovem e imatura, quando da escrita de “Raízes do Brasil”. E Holanda, ao invés de juntar-se à uma perspectiva otimista de um “progresso econômico e social”, chamava a atenção para a impossibilidade de um estado patrimonialista promover o bem público e, em última instância, a cidadania. Nas suas palavras:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertence a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares, uma procissão das hipóstases, para falar como na filosofia alexandrina. A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência (HOLANDA, 1995 [1936], p. 141).

Talvez Holanda (1995 [1936]) tenha desfraldado para seus contemporâneos o vislumbre de uma identidade que eles não queriam ver e reconhecer. Mesmo para a atualidade, e principalmente nas camadas sociais mais abastadas, onde os valores monetários vêm sendo mantidos de pai para filho desde nossa precoce história, o conteúdo de “Raízes do Brasil” ressoa assombroso. Olhar nossas mazelas e identificar de onde surgimos, como nos comportamos e fechamos as vistas para aspectos de nossa realidade é um percurso que desacomoda e faz pensar. Os acontecimentos políticos recentes dão conta da permanência de uma não separação entre o público e o privado em nosso país. Como exemplo, podemos citar a votação ocorrida em 17 de abril de 2016, na qual a Câmara de Deputados aprovou por 367 votos a favor e 137 contra o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Nas falas dos deputados favoráveis ao *impeachment*, chamou a atenção as palavras utilizadas para justificar os votos: o “sim” era por “Deus”, “*minha família*”, pelos “cidadãos de bem” (ou seja, aqueles que comungam das mesmas crenças religiosas e políticas do legislador) e, ao mesmo tempo, “contra a corrupção”.

O processo de ascensão e queda do governo de Dilma Rousseff é narrado também no documentário “Democracia em Vertigem”, de Petra Costa (2019). Nele, há uma cena que nos parece bastante emblemática dos argumentos que Holanda sustentou em sua obra décadas antes. Em um determinado momento do documentário, Petra Costa mostra no Palácio da Alvorada uma placa comemorativa de duas obras de reforma do referido imóvel, obras estas executadas pela mesma construtora sob forma de doação, em diferentes governos e momentos da nossa história. Logo após, ela descreve o encontro com um político influente após a posse de Michel Temer, fato que se seguiu ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Neste encontro, o político questiona um empreiteiro lhe arguindo quanto sua presença ali, ao que este lhe responde: “eu estou sempre por aqui, vocês é que se revezam de tempos em tempos” (COSTA, 2019). O *post scriptum* de cinquenta anos após a primeira edição do livro, e novamente de autoria de Antonio Candido, reafirma que “Raízes do Brasil” veio tirar o véu que nossa sociedade, com ilusão de ser massivamente liberalista, mantém sobre nossa história e nossa identidade. Este liberalismo excessivo de que tratamos, é a ótica brasileira de presumir a existência de um estado democrático de direito, bem como a igualdade perante a lei. No entanto, o que se percebe é a diferenciação de cidadãos por classes econômicas e sociais, raça, credo, gênero, excluindo-os das possibilidades concretas de participarem e serem ouvidos em uma sociedade profundamente desigual³. Candido classifica o livro como uma peça importante a ser utilizada pelos trabalhadores para auxiliar na luta pela modificação das estruturas sociais do país. Já o posfácio de 1995, intitulado “Raízes do Brasil e depois”, é escrito por Evaldo Cabral de Melo, que foi um historiador, escritor, ensaísta e diplomata brasileiro, além de ter sido membro da Academia Brasileira de Letras. O autor concorda com Antonio Candido de que a obra é um ensaio sociológico sobre a formação da sociedade brasileira. Mas afirma que o próprio Sérgio Buarque de

³ Em junho de 2020, tivemos o triste caso em Recife da morte de um menino de 5 anos (Miguel), filho de empregada doméstica, chefe de família, trabalhando durante o que deveria ser um período de isolamento social. O filho ficou aos cuidados da patroa para que a mãe pudesse levar os cachorros da patroa para passear. A mãe e o menino negros. A patroa branca, de sobrenome “Corte Real”, por ironia do destino. A mãe sempre cuidou dos filhos da patroa. A patroa colocou o menino de 5 anos sozinho no elevador que, após se perder no prédio, caiu do terraço. A fiança: R\$ 20.000,00 pela vida de um menino de carne negra. Até o presente momento, cerca de um ano e meio depois, a defesa da patroa tenta tratar o caso como uma “traquinagem” do próprio Miguel. A mãe questiona com a sabedoria de quem traz no próprio couro as circunstâncias da vida: “e se fosse o contrário?”. No momento em que ocorreu a desgraça, descobre-se que o patrão, prefeito de cidade vizinha, tem a própria empregada doméstica como funcionária fantasma na prefeitura (G1, 2021). Alguma semelhança com o que “Raízes do Brasil” relata?

Holanda abandonou este viés preferindo, mais adiante, manter o cunho histórico dos fatos. Neste aspecto observa-se que “Raízes do Brasil” apresenta a formação do brasileiro – homem cordial – através da construção da própria sociedade, destacando a forma como nos tornamos tão passionais e acomodados socialmente. E, sendo assim, há um forte viés de observação histórico-etnográfica.

Melo monta um diálogo entre obras e escritores do início do século passado, como Gilberto Freyre e Caio Prado, aos quais ele chama de geração dos anos 30. Não obstante, sua opinião é de que o que mantém a obra de Holanda (1995) atual e interessante é seu cunho histórico e não sociológico. Ele argumenta que diversas obras de sociologia do mesmo período de “Raízes do Brasil” caíram no esquecimento. Este posicionamento de Melo nos faz identificar que tudo que Holanda descreveu em “Raízes do Brasil” ainda existe em nossa sociedade, e ainda que enquanto cidadãos possamos identificar a passividade de nossa posição, ainda assim, elaboramos hipóteses romantizadas de nossa história, formação cultural e sociológica. As próprias versões dos momentos importantes da História do Brasil, como a chegada dos portugueses – até há pouco tratada como descobrimento -, por exemplo, foram recentemente retratadas por historiadores. Ainda assim, não raro a versão romantizada é a mais socialmente aceitável devido ao seu “brilho” literário.

O que Holanda (1995 [1936]) trata quanto ao cidadão brasileiro e sua forma de agir e reagir em sociedade, retratando-o como o “homem cordial”, José Murilo de Carvalho (2002), em seu livro “Cidadania no Brasil: O longo caminho”, aborda sob a ótica da cidadania, realizando um resgate histórico do país desde a Independência (1822), até o período de redemocratização (pós ditadura civil-militar de 1964). Apoiando-se nas formulações de Thomas Marshall acerca do conceito de cidadania (que contemplaria a conjunção de direitos civis, políticos e sociais), Carvalho (2002) argumenta que, tratando-se do Brasil, houve um “processo inverso”, no qual o Estado “forneceu” primeiramente os direitos sociais à população, depois os direitos políticos e, por último, os direitos civis. José Murilo de Carvalho é cientista político e historiador, além de membro *Imortal* da Academia Brasileira de Letras desde 2004, e também membro da Academia Brasileira de Ciências. É o único historiador brasileiro membro da Academia Brasileira de Letras, o que é de extrema importância para a própria historiografia brasileira. Atuou como professor em diversas universidades, incluindo-se a renomada Universidade de Oxford (Inglaterra).

Carvalho (2002), ao analisar a construção da cidadania no Brasil, afirma que o brasileiro vota de acordo com suas necessidades (econômicas), o que implica num voto de desigualdade social, logo, o voto livre é somente daqueles cidadãos que possuem certa tranquilidade econômica para poder ter opinião própria e livre arbítrio. Excetuando-se, ainda, a questão do acesso à uma educação de qualidade que, sendo profundamente desigual. O autor traz o aspecto da própria colonização brasileira ter ocorrido de forma bastante comercial – nos casos em que não foi puramente massacre – e do quanto as práticas clientelistas dos portugueses se fixaram profundamente na conjuntura sociocultural e afetiva da população brasileira. No seu livro, Carvalho (2002) problematiza já na introdução a volta da democracia ao Brasil, articulada a partir de 1985. Houve no Brasil uma intensificação de esforços de intelectuais, artistas, e diversos nomes de destaque social para construir o processo de redemocratização do país. Tomar posse do poder através do voto era algo profundamente desejado, após 21 anos de ditadura civil-militar. A promulgação da Constituição de 1988 foi um acontecimento histórico, demarcando a necessidade de garantir uma efetiva igualdade de direitos para toda a população, incluindo-se negros, indígenas e mulheres. Obviamente que os problemas sociais, como bem mencionado por Carvalho (2002) não foram solucionados, não deixaram de existir como em um passe de mágica após a redemocratização. Mas para quem viveu um pequeno momento dela, numa cidadezinha do interior, por exemplo, vendo as remarcações de preços nos supermercados, onde a oscilação dos produtos básicos não era diária, mas quase horária, podemos afirmar que já havia forte crise econômica, e que ela foi herdada pela democracia, como diversas outras heranças malditas. Conforme Carvalho (2002), houve uma romantização do retorno à democracia, vinculada à tendência cultural que herdamos de apostar no surgimento de “salvadores da pátria”, que seriam capazes de solucionar tudo que os anteriores não conseguiram. Nas palavras do autor:

O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores. A ação política nessa visão é sobretudo orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação. Como vimos, até mesmo uma parcela do movimento operário na Primeira República orientou-se nessa direção; parcela ainda maior adaptou-se a ela na década de 30. Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de "estadania", em contraste com a cidadania. Ligada à preferência pelo Executivo está a busca por um messias político, por um salvador da pátria. Como a experiência de governo

democrático tem sido curta e os problemas sociais têm persistido e mesmo se agravado, cresce também a impaciência popular com o funcionamento geralmente mais lento do mecanismo democrático de decisão. Daí a busca de soluções mais rápidas por meio de lideranças carismáticas e messiânicas (CARVALHO, 2002, p. 221-222).

O livro “Cidadania no Brasil: um longo caminho” foi escrito em 2002, e assim sendo, soa como uma certa previsão do episódio das eleições de 2018. No livro, Carvalho (2002) cita as eleições de Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Fernando Collor como exemplos. Curiosamente, nosso atual presidente – Jair Messias Bolsonaro – não trouxe apenas nos discursos e posicionamento de *marketing* de sua campanha, mas tem no próprio nome o “messias” que boa parte da população brasileira aguarda. Certamente que este fato corroborou ainda mais para efetivar a possibilidade da citada eleição. Além disso, o candidato se identificou de diversas formas com um viés religioso-conservador, posicionando-se sobre questões como identidade de gênero e direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, de modo contrário ao reconhecimento da diversidade e garantia de direitos. Tornou-se, ao mesmo tempo, o candidato “salvador da pátria”, o messias religioso e o herói vingador dos que se sentiam ofendidos pelo chamado “discurso politicamente correto” – que, em última instância, nada mais é do que o reconhecimento de que determinadas práticas de desrespeito e intolerância à diversidade humana não podem mais ser toleradas em uma sociedade que se fez democrática. Se havia alguma dúvida sobre a essência patriarcal de nossa sociedade, toda ela se esvaiu no episódio eleitoral de 2018. Discursos fervorosos e excludentes citando mulheres, negros, indígenas e a população LGBTQI+, principalmente, foram não só aceitos como ditos necessários para o Brasil, como essenciais para a manutenção de um determinado modelo familiar, idealizado como universal. Ora, as populações supracitadas, caso somadas, certamente significam em números concretos a maioria de nossas cidadãs e cidadãos. Ainda assim, a construção discursiva de “inimigos da Nação” (ou, ainda, “inimigos da família”) – desdobrada em práticas concretas de violência e intolerância –, em um contexto de forte crise econômica e instabilidade, ajuda-nos a entender em parte a vitória de Bolsonaro nas urnas. Ainda mais se considerarmos, conforme o faz Carvalho (2002), as relações paternalistas que se firmaram historicamente em nosso país e a busca por líderes carismáticos em momentos de crise, como a vivenciada. Havemos de questionar este cenário, e qual o significado dele em termos de cidadania. A justiça social pressupõe a ideia de igualdade, equidade e acesso universal aos direitos em um estado

democrático de direito. Carvalho (2002) faz uma análise dos diversos direitos que compõem a gama de leis necessárias à existência e prevalência da cidadania.

Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico. Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. [...] Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. Em tese eles podem existir sem os direitos civis e certamente sem os direitos políticos. Podem mesmo ser usados em substituição aos direitos políticos. Mas, na ausência de direitos civis e políticos, seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social. (CARVALHO, 2002, p. 221-222).

E foi justamente a ideia da construção de justiça social no Brasil que foi o centro da luta pela redemocratização pós período de regime militar. No capítulo II de seu livro, Carvalho (2002) faz uma caracterização dos avanços de direitos sociais no governo Vargas (no primeiro governo de Getúlio), que teve como ápice a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. A partir de então, destaca o autor, “a legislação social não parou de ampliar seu alcance, apesar dos grandes problemas financeiros e gerenciais que até hoje afligem sua implementação” (CARVALHO, 2002, p.87). A discussão a respeito do papel e da capacidade do Estado de efetivar direitos sociais mostra-se bastante atual em nosso país. Especialmente a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que implementaram um conjunto de políticas públicas como as cotas para ingresso em universidades públicas, concursos públicos ou, ainda, os programas sociais de transferência de renda para a parcela mais pobre da população brasileira, assiste-se a um incremento das críticas, especialmente de uma classe média/alta brasileira, a respeito do “tamanho do Estado”. Negando-se a história de profunda desigualdade no acesso a oportunidades em nosso país, a discussão parece centrar-se, não raras vezes, na velha falácia de um “mercado eficiente” *versus* um “estado ineficiente”, de modo que as políticas acima citadas são tomadas como “gastos” que onerariam ainda mais o Estado.

Contudo, os dados recentes de nossa realidade tendem a enfraquecer este tipo de argumento. Como exemplo, podemos citar a própria questão dos direitos trabalhistas (que foi mobilizada por Carvalho, quando da análise do Governo Vargas). A partir da lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, tivemos no Brasil a extinção de boa parte dos direitos conquistados com a CLT, com a justificativa de “modernizar” as relações de trabalho, tornando o Estado mais eficiente. Contudo, os resultados de pesquisas recentes realizadas pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (REMIR) e pela Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) apontam que, nem o Estado se tornou “mais eficiente”, nem as condições de vida e trabalho da população melhoraram. Pelo contrário, o que se observa é a ampliação da desigualdade ocupacional e salarial, a precarização das condições de trabalho e a permanência de uma trajetória de estagnação econômica (KREIN et al., 2021). Retomando a análise de Carvalho (2002) acerca do período de governo de Getúlio Vargas, o autor cita o período como sendo de forte instabilidade e alternância entre democracia e ditadura, o que, cabe destacar, não se limitou apenas àquele momento. Os militares formaram um golpe que colocou Getúlio no poder em 1937, e praticamente os mesmos conspiraram contra ele o impulsionando ao suicídio em 1954. Um importante acontecimento deste período, do ponto de vista da cidadania, foi a conquista pela primeira vez na história do voto secreto. Os militares que tinham tomado o poder com Vargas o depuseram em 1945, e seguiram com a experiência das eleições e do voto popular. A recém instaurada conquista popular durou pouco tempo e em 1964 veio outra ditadura, mais ferrenha e severa do que já houvera.

Na obra de Carvalho (2002), ele cita participações de movimentos relacionados às artes, cultura e educação, que sempre trouxeram consigo modificações de cunho social e cidadão. Traz como exemplos destas ações, alguns movimentos surgidos e/ou ocorridos durante a década de 1920, como a Semana de Arte Moderna, o Movimento Escola Nova, o Movimento Sanitarista na área da saúde. Outra característica deste final da República Velha, segundo Carvalho (2002) foi a união de forças de estados com a finalidade de governar ou tomar o poder. A própria Coluna Prestes surge assim, com a tomada de poder no Rio de Janeiro por alguns militares que posteriormente se juntaram à rebeldes do sul do país. Sociedade e cidadania estão entrelaçadas, e no conjunto da construção da sociedade e do resgate da cidadania sempre há interferências de movimentos artísticos, culturais, educação, que são temas que sempre permeiam a história, compondo como parte integrante quer seja

da oposição aos regimes, quer seja auxiliando a tomada e manutenção do poder. Tratando do período de ditadura civil-militar de 1964 a 1985, Carvalho (2002) chama atenção para as condições de exercício da cidadania, que foram cerceadas e manipuladas, principalmente por meio dos Atos Institucionais (AI), surgiram e/ou se ampliaram durante este período as entidades sociais que visam defender os trabalhadores, como os sindicatos e movimentos sociais. O autor cita que não havia liberdade de direitos ou liberdade de expressão, porém, houve a construção e organização do movimento sindical e um forte movimento para construção de um sentimento de nacionalismo, talvez como necessidade de construção de uma forma de oposição aos acontecimentos e à retirada de direitos políticos e civis.

No conteúdo do vídeo “Democracia em tempos de Internet” (2019), Carvalho faz uma breve análise da atualidade de nossa democracia, e questiona não somente o formato governamental que temos na atualidade, mas como este formato hoje se entrelaça com as redes sociais digitais, e o futuro da economia do nosso país. Carvalho argumenta sobre a crise de representatividade, e a função das mídias sociais digitais, o que para ele é um pesadelo. Ele fala sobre a criação de um novo esboço de democracia direta e indireta, que lembra, embora não se assemelhe muito, a *Ágora Grega*, onde as pessoas se reuniam em praça pública para discutir e decidir sobre questões sociais. Cícero Araújo, professor de Teoria Política da Universidade de São Paulo (USP), faz uma análise do livro *Cidadania no Brasil*, na qual analisa que os direitos sociais não podem e não devem preceder os direitos políticos e civis, visto que há aí uma relação de dependência do governado pelo governante, onde os atos deste último soam como obras de caridade em relação à população. E a população, por sua vez, acredita que em contrapartida às benesses recebidas deve obediência cega ao governante, sendo grata pelos seus atos. Para Araújo (2016) a ideia de cidadania na antiguidade estava ligada às atividades governamentais, seja como governante ou como governado. Na atualidade, ela está ligada ao direito de “consentir ao outro que governe”. Com base no que coloca Carvalho, podemos pensar também acerca da crise das instituições que se impõe em nossa atualidade. Com as contribuições teóricas iluministas de Montesquieu sobre a separação dos Poderes - aplicadas primeiramente na Constituição dos Estados Unidos (1787) e depois ampliadas com a Revolução Francesa (1789) - estabeleceram-se os regimes de governo tripartites como temos, em grande medida, até os dias atuais. Não obstante, assistimos à uma crise entre Executivo, Legislativo e Judiciário, não somente no Brasil, mas no mundo. Além disso, as modificações sociais advindas deste

novo mundo virtual são intensas. Sob esta ótica, há que se questionar os cidadãos deste milênio sobre o que poderemos construir para as gerações futuras. O significado de uma sociedade efetivamente plural e democrática encontra-se, mais do que nunca, em disputa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do ensaio, procuramos destacar algumas das contribuições de dois dos importantes autores da historiografia e sociologia brasileira: Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho. Apesar de suas diferenças, tanto no que se refere às perspectivas teóricas adotadas, como do momento histórico no qual escrevem, os autores apresentam pontos de aproximação no diagnóstico que fazem a respeito da formação da sociedade brasileira e, por conseguinte, da jovem e ainda frágil democracia em nosso país. De Holanda, destacamos as suas formulações a respeito do patrimonialismo e da conformação de um “homem cordial”; de Carvalho mobilizamos a sua análise acerca da construção da cidadania no país, ou melhor, da existência de uma “cidadania inconclusa”. Sendo autores que procuraram produzir teoria a respeito de nossa realidade, não nos escapa o fato de que ambos se mantiveram em grande medida atrelados a certas lentes analíticas construídas no Norte global. É assim que Holanda (1995 [1936]) toma como referencial de análise um estado moderno burocrático, bastante situado temporal e geograficamente, para comparar a realidade brasileira e concluir que essa ainda se encontra distante dos preceitos ditos “universais” de um pleno desenvolvimento sociopolítico e econômico. Do mesmo modo, Carvalho (2002) analisa a aquisição de direitos no Brasil, partindo de um referencial construído sobre a sociedade inglesa e, conclui, mais uma vez, pela nossa distância em relação a uma cidadania plena.

Sempre possuímos o ímpeto de comparar a vida no Brasil com o que presumimos ou conhecemos da sociedade europeia; não é diferente na obra destes autores. Somos um jovem país, se comparado à toda trajetória milenar do velho mundo. A Europa se desfez e refez diversas vezes, as últimas, e que culminaram em grandes modificações sociais, foram as duas grandes guerras. Ora, foi após a Segunda Guerra Mundial que se criou na Europa o chamado “estado de bem-estar social”. Este foi criado para dar à população condições minimamente confortáveis de vida no pós-guerra, e daí surgiram diversos programas governamentais para atender necessidades básicas da população. Reconhecendo a importância destes programas

sociais, muitos deles são mantidos até os dias atuais, atendendo as populações mais vulneráveis ou ainda cidadãos que passam por algum momento de dificuldade. A constituição do estado americano (EUA) se deu de forma bastante diferente do estado brasileiro. Neste contexto a primeira diferenciação foi a forma de colonização, pois na América do Norte os moldes ingleses de dominação eram bem diferentes dos portugueses e espanhóis. A obra de Carvalho (2002) foi escrita no início do terceiro milênio, é bastante atual, porém muito aconteceu em nossa jovem democracia após a edição do livro. A organização política deve sim servir ao seu povo, é para este fim que os governos são constituídos. Entretanto, não é novo nem no Brasil, tampouco no mundo, que nas tomadas de poder, sejam através de campanhas eleitorais que visem votos e são financiadas por alguém, seja pela força, sempre possuem um investidor que no momento oportuno cobrará a contrapartida de seu investimento. Sempre há interesses não declarados, não explícitos.

Praticamente todo o século XX teve como pano de fundo no mundo todo as duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria. O Brasil teve não apenas participação em alguns episódios, mas sua política interna se baseou nestes acontecimentos mundiais. Criou-se no imaginário popular um terror da tomada de poder do comunismo no Brasil, e para não dizer que as *fake News* são um movimento da atualidade, já no início do século passado quando se questionava o que era comunismo se dizia que era uma prática de poder que incluía balbúrdia, confusão e o consumo de carne de bebês humanos. Uma das autoras deste ensaio recorda de ter ouvido muitas destas estórias, contadas pelos avós na infância, que também citavam a Coluna Prestes, a Revolução de 30, porém sem saber explicar o que foram estes acontecimentos. Estes habitantes do Brasil na época, residiam na região da fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, onde houve passagem da Coluna Prestes e outros movimentos político-militares. Mesmo tendo vivenciado o período, e tendo convivido com os acontecimentos, eles pouco sabiam sobre o que motivou, o que significaram e como se findaram estes acontecimentos históricos. Desta análise se pode compreender que a cidadania não existia na época, ao menos não como forma de acesso à informação e participação política, e ainda mais nos locais distantes dos centros político-comerciais do país.

Outro fato bastante importante de ser citado neste trabalho, fruto também de experiência pessoal de uma das autoras, foi a proibição de falar línguas estrangeiras no país durante o período da última Ditadura Militar. A recordação é sobre comentários tecidos pela

avó de linhagem étnica italiana, que mencionava ter esquecido o idioma, pois tinham proibido de ser falado. Já os avós alemães comentavam que só conversavam em alemão em casa, visto que uma das bisavós, imigrante da Alemanha como não conseguira aprender o idioma português, se fez de muda durante uma passagem de oficiais do governo na propriedade deles, o que diziam ter ocorrido durante a Coluna Prestes. Muitos dos nossos antepassados, fato bem característico aqui do Rio Grande do Sul, chegaram ao país fugindo das grandes guerras e da fome que assolou a Europa. Portanto, neste contexto, as ditaduras brasileiras adquiriram significados ambíguos. O vai-e-vem político do Brasil do século XX é uma comi-tragédia que perpassa diversos salvadores da pátria, períodos de luto social, como na ditadura implementada em 1964, governos extremamente populistas – como os de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek –, a dura luta pela redemocratização do país, o retorno do exílio, a anistia, a retomada dos direitos civis e políticos, o sonho brasileiro. Somos uma jovem república, com imenso território e imensas diferenças populacionais. Mesmo a necessidade de direitos sociais se diferencia de uma ponta do país até a outra.

A Assembleia Constituinte de 1987 veio como um bálsamo após este longo período de barbáries e restrições de direitos. Até porque o período que antecedeu esta eleição foi caracterizado por utilização dos chamados colégios eleitorais, e a disputa era apenas entre a ARENA (partido do governo) e o MDB (a junção de todas as formas de oposição). A população se envaideceu de uma democracia possível, de um país com ares de liberdade, prosperidade e soberania. As eleições que se seguiram tiveram este forte sentimento de posse de cidadania. E a promulgação da Constituição de 1988 veio como um bálsamo e como um choque. Foi considerada como a mais bem escrita do mundo por diversos órgãos internacionais. Mas após isto já é uma outra história... Sarney assumiu o país em meio ao caos econômico e financeiro, tentando desesperadamente criar políticas que freassem a inflação, o baixo poder aquisitivo e tentando de todas as formas negociações com o Fundo Monetário Internacional, o FMI. O atual momento de pandemia trouxe profundas modificações em nossa sociabilidade, além de intensa dor emocional. A necessidade de isolamento e adoção de protocolos sanitários provocaram mudanças significativas nas dinâmicas de trabalho, estudo e lazer da maior parcela de nossa população. A vida privada e pública se confundiu como nunca, imbricando-se fisicamente. Para muitos, o trabalho e a escola adentraram a casa, e a casa esteve presente nas rotinas diárias de interações com colegas de estudo e trabalho. As interações virtuais ampliaram-se, ao mesmo tempo em que

as desigualdades se tornaram ainda mais evidentes. Quais as implicações deste período para o nosso modo de agir nos espaços público e privado? Com certeza Sérgio Buarque de Holanda teria muito o que escrever neste momento...

Em “Raízes do Brasil”, Holanda (1995 [1936]) afirma que as palavras Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que serviram de lema para a Revolução Francesa, sofreram uma interpretação ajustada ao nosso padrão patriarcal e colonial (p.179), no qual utilizamos uma pseudodemocracia para avaliar todo o tipo de ação de poder, em que sempre os menos favorecidos ficam à margem da sociedade e alvo de todos os tipos de imposições sociais. E os mais favorecidos, inseridos ao sistema legalista, econômico e sociocultural, beneficiam-se. Mas isto não é mérito apenas da sociedade brasileira, de modo que as contribuições do autor lançam luz a aspectos mais amplos, que dizem respeito a como, historicamente, produz-se desigualmente riqueza em nosso mundo. Afinal, o capitalismo em muito se beneficiou (e beneficia) com o colonialismo e a colonialidade. Sendo assim, concordando ou discordando das teses dos autores abordados ao longo deste ensaio, consideramos que suas obras têm, invariavelmente, a potencialidade de nos fazer pensar a respeito do que nos trouxe até aqui. Sem nos deixar cair por essencialismos ou futuros já determinados, acreditamos que os elementos apresentados ao longo do texto servem como impulsionadores de novas construções analíticas que não negligenciem o passado, tampouco, não se acomodem com um futuro previamente dado. Continuamos caudilhos e sem ter ocorrido a grande revolução brasileira. Pode ser que a revolução venha de forma lenta, construída aos poucos, com pequenos pilares e enfrentamentos. E talvez o formato dela seja o avesso do que se espera de uma revolução. Um novo mecanismo de governo, uma nova forma de democracia. De todo modo, revoluções dão-se de muitas formas e cores, e o momento atual, mais do que nunca, mostra-nos a urgência de construir a democracia que queremos, não pelos discursos dos já conhecidos “salvadores da pátria”, mas pelas mãos e vozes das trabalhadoras e trabalhadores do cotidiano.

